

# política

PAINEL

Fábio Zanini

painele@grupofolha.com.br

## A grande família

O PL escolheu Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente Jair Bolsonaro, como protagonista de recentes inserções de TV veiculadas no Vale do Ribeira, berço da família no interior de São Paulo. O objetivo é pavimentar o caminho para uma candidatura dele nas eleições de 2026. Na peça, Renato brinca que é um “genérico” de Jair. “Se um é bom, dois é melhor ainda”, afirma ele, que lembra que trabalhou como assessor do atual presidente da Assembleia, André do Prado (PL).

**ESPÓLIO** Em outubro, Valdemar Costa Neto, presidente do PL, disse que Renato poderá ser candidato ao Senado em 2026. Outra possibilidade é disputar vaga de deputado federal, caso Eduard Bolsonaro busque mandato de senador. Assim, poderia herdar os votos do sobrinho para a Câmara.

**AMBIÇÃO 1** O União Brasil estabeleceu como meta eleger cerca de 700 prefeitos em 2024 —hoje tem pouco menos de 600. Para isso, deve criar no começo do ano um grupo de trabalho, com um coordenador eleitoral responsável por cada uma das cinco regiões do país. A legenda, surgida em 2022 da fusão de DEM e PSL, deverá ter novo comando a partir de maio.

**AMBIÇÃO 2** Atual vice-presidente, Antônio Rueda assumirá a presidência, no lugar do deputado federal Luciano Bivar (PE). O partido espera filiar diversos prefeitos antes da eleição. Para isso, no entanto, enfrenta a concorrência de outras legendas de centro, como MDB e PSD.

**CENÁRIOS 1** Levantamento feito com 12 analistas pelo Barômetro do Poder, ligado ao site InfoMoney, mostra que a maioria acha que a meta fiscal, atualmente de déficit zero, será alterada pelo governo Lula até março do ano que vem. Em relação ao tamanho da mudança, 73% veem a nova meta com déficit de 0,5% do PIB e 18% enxergam alteração ainda maior, para déficit de 0,75% do PIB.

**CENÁRIOS 2** Para 45% dos analistas, Lula vai influenciar positivamente a eleição municipal, mesmo percentual dos que acreditam que o impacto será moderado. Em relação a Bolsonaro, 55% veem influência moderada e 18%, positiva. Além disso, 64% afirmam que o governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ocupará o espaço de Bolsonaro após a inelegibilidade.

**PULA FOGUEIRA** A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou em sua última sessão do ano projeto que considera as quadrilhas de festas juninas patrimônio cultural imaterial do Brasil. O projeto, do deputado Ruy Carneiro (Podemos-PB), tramitou em caráter terminativo e agora vai diretamente para o Senado.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S.PAULO** ★★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL Digital Ilimitado Digital Premium  
PLANO MENSAL R\$ 29,90 R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA Venda avulsa Assinatura semestral\*  
seg. a sáb. dom. Todos os dias  
MG, PR, RJ, SP R\$ 6 R\$ 9 R\$ 942,90  
DF, SC R\$ 7 R\$ 10 R\$ 1.189,90  
ES, GO, MT, MS, RS R\$ 7,50 R\$ 11 R\$ 1.501,90  
AL, BA, PE, SE, TO R\$ 11,50 R\$ 14 R\$ 1.618,90  
Outros estados R\$ 12 R\$ 15 R\$ 2.008,90

\*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)  
795.800 exemplares (novembro de 2023)

# Lula deixa minorias e pauta progressista em 2º plano em meio a pressões

Apesar de acenos do presidente à diversidade e avanços, segmentos saíram perdendo em disputas no primeiro ano do atual mandato

Mariana Holanda e Renato Machado

**BRASÍLIA** O presidente Lula (PT) subiu a rampa presidencial com representantes da sociedade — negro, trabalhador, mulher, pessoa com deficiência, indígena e criança —, num simbolismo da representatividade que levaria ao seu governo.

Além disso, carregou para dentro do Palácio do Planalto e para seus discursos a defesa de pautas progressistas e de esquerda, sobretudo a grupos minoritários. Mas esses temas ficaram em segundo plano no seu primeiro ano de governo.

Lula recriou ministérios, deu visibilidade a temas e anunciou projetos e programas importantes para esses segmentos. No entanto, quando os interesses se chocaram com outras prioridades, mulheres, negros, LGBTQIA+ e indígenas saíram perdendo na disputa.

Auxiliares palacianos alegam que a preocupação em contemplar esses grupos com políticas públicas está de forma transversal em todas as pastas.

Destacam que a aprovação popular do petista não está em patamar que lhe garanta tocar pautas progressistas caras ao seu eleitorado, mas que geram desgaste com o restante da população.

Além disso, são temas que enfrentam resistência em um Congresso de composição mais conservadora, no momento em que o governo busca o apoio para aprovar a pauta econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

De acordo com pesquisa Datafolha divulgada em 7 de dezembro, Lula manteve sua avaliação estável. O petista fecha o ano com 38% de aprovação dos brasileiros, enquanto 30% consideram seu trabalho regular, e o mesmo número, ruim ou péssimo.

A posse de Lula foi repleta de simbolismos, incluindo a imagem do petista subindo a rampa ao lado da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e de representantes do povo brasileiro — gesto que ocorreu porque o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se recusou a participar da tradicional cerimônia de passagem de faixa.

Acompanharam Lula o cacique Raoni; o artesão Flávio Pereira; a catadora Aline Sousa; o professor Murilo de Quadros Jesus; o metalúrgico e DJ Wesley Rodrigues Rocha; o ativista anticapacitista e influenciador Ivan Baron; e a cozinheira Jucimara Fausto dos Santos; e Francisco Carlos do Nascimento e Silva, um estudante de 10 anos, morador de Itaquera (zona leste).

No discurso, Lula prometeu combater as desigualdades, sendo essa a sua principal bandeira ao longo do ano, ressaltada na maioria das falas públicas.

Um dos pontos levantados foi o das mulheres, que o ajudaram a derrotar Bolsonaro, uma vez que essa fatia do eleitorado manteve alta rejeição ao então presidente durante a campanha.

Lula criou o Ministério da Mulher, sob o comando de Cida Gonçalves, e editou a lei da igualdade salarial. Por outro lado, foi criticado ao não indicar uma mulher para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Com direito a escolher dois nomes, ele priorizou aliados,



Lula na posse do ministro do Turismo Celso Sabino (à esq., que entrou no lugar de Daniela Carneiro), ao lado de Arthur Lira. Gabriela Biló-3.ago.23/Folhapress

o advogado Cristiano Zanin e o ministro da Justiça, Flávio Dino. Por consequência, diminuiu o número de mulheres no Supremo, uma vez que a segunda vaga era para o lugar de Rosa Weber, que se aposentou neste ano.

Lula começou seu terceiro mandato com recorde de 11 ministras em 37 pastas, e termina o ano com 9 mulheres titulares e 38 ministérios.

Trocas ocorreram para acomodar aliados do centrão, num movimento de pragmatismo do presidente. Ele demitiu Ana Moser (Esportes), para acomodar André Fufuca (PP-MA), e Daniela Carneiro (Turismo), para entrar Celso Sabino (União Brasil-PA).

Lula nomeou, pela primeira vez, mulheres para o comando de bancos públicos, Rita Serrano (Caixa Econômica Federal) e Tarciana Medeiros (Banco do Brasil). Mas demitiu a primeira para dar lugar ao funcionário de carreira Carlos Vieira, aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O presidente atribuiu a queda na representatividade aos partidos políticos, que nem sempre teriam mulheres para indicar aos cargos negociados, segundo ele.

Em outra frente, o chefe do Executivo neste ano fez a titulação de territórios quilombolas, após anos sem reconhecimento sob a gestão de Bolsonaro.

Ao nomear Flávio Dino, que se autodeclara pardo, para a segunda vaga do STF, ele contemplou a indicação de um negro (pretos e pardos), ainda que esse não tenha sido critério principal para a escolha.

A mesma classificação, por outro lado, levou o governo a uma saída justa. No fim de março, durante uma cerimônia no Palácio do Planalto, Lula assinou um decreto prevendo cotas para negros em cargos de chefia na administração federal.

No entanto, como mostrou a Folha, um detalhe no texto resultou que as metas anunciadas não tenham efeito prático, pois já estavam praticamente cumpridas no momento do anúncio.

O decreto reserva 30% das vagas em cargos de comissão para negros na administração pública federal direta, autárquicas e fundações. O prazo para o atendimento da meta é dezembro de 2025.

O critério é a autodeclaração. O texto utiliza o conceito de negro que abrange pretos e pardos. Mas, por esse critério, as metas estabelecidas pelo governo já estão praticamente cumpridas — isso porque os pardos já representam

grande fatia dessa meta, sendo pretos minoria.

Integrantes do governo alegam, entre outras coisas, que a importância é criar um critério que seja mantido além de governos.

Quanto aos direitos indígenas, o Congresso retirou a prerrogativa da demarcação de terras do Ministério dos Povos Indígenas, ao qual a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) está vinculada, e a passou para o Ministério da Justiça.

À época, o governo teve de negociar muitos pontos com parlamentares, sobretudo do centrão, e lideranças indígenas se queixaram de que o Planalto as rifou nesse processo.

Também numa briga de estica e puxa com deputados e senadores, o governo atendeu aos interesses indígenas ao vetar o marco temporal. Mas parte dos vetos foi derubada pelo Congresso.

Lula ainda termina o ano sem recriar a Comissão de Mortos e Desaparecidos, que indeniza familiares de vítimas da ditadura militar.

A volta do grupo, extinto pelo ex-presidente, enfrenta resistência dos militares, com quem o petista buscou apaziguar e normalizar as relações nos últimos meses.

Integrantes da base de Lula no Congresso demandam maior atenção a essas pautas, apesar de dizerem que houve avanços importantes nos últimos 12 meses, em particular em comparação aos anos anteriores.

“Este primeiro ano de governo Lula representa um período de reconstrução literal do Brasil, visto que políticas públicas essenciais foram desmontadas nos últimos quatro anos de governo Bolsonaro”, disse a deputada Daiana Santos (PC do B-RS).

“É por isso que a visibilidade e o próprio espaço dentro de um governo são importantes. Para termos políticas em defesa da nossa população, primeiro temos que ser reconhecidos como sujeitos de direito. Além de [haver] ministras e pessoas em espaço de poder”, completou.

Já a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) destaca a criação do Ministério da Igualdade Racial e o programa de políticas afirmativas, entre outros pontos. Por outro lado, critica a falta de indicações de pessoas negras para cargos-chave, como ao STF.

“A gente precisa mudar a fotografia do poder no Brasil e, sem dúvida, a gente ter diferentes Poderes com mais pessoas negras. Infelizmente, a gente vai ter um Supremo sem uma pessoa negra”, admitiu.



A gente precisa mudar a fotografia do poder no Brasil e, sem dúvida, a gente ter diferentes Poderes com mais pessoas negras. Infelizmente, a gente vai ter um Supremo sem uma pessoa negra

Talíria Petrone (PSOL-RJ) deputada federal